

AMPERJ

março | abril | maio | junho de 2025
nº 39 | ano 13

Congresso

2025

Debates abordam questões ambientais, tecnologia e crime organizado



Bancada da Bola conquista dois títulos e um vice no Nacional





CONGRESSO ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO

PRÉCOP30

14 A 16 DE MAIO DE 2025 - HOTEL WINDSOR FLÓRIDA - RIO DE JANEIRO / RJ

Promotores(as) e procuradores(as) de Justiça do Brasil inteiro e de especialistas de diferentes áreas se reuniram no Congresso Estadual do Ministério Público do Rio de Janeiro. Com o tema “Mudanças Climáticas, Desafios Socioambientais e Ministério Público no Estado Democrático de Direito”, o evento reuniu mais de 500 pessoas em uma espécie de prévia da COP 30 — a conferência do clima será realizada no Brasil, em novembro deste ano.



Realização

CONAMP



Parceria Estratégica

MPRJ

Patrocínio

PREFEITURA
RIO

SEBRAE

CNSaúde

ARQUIVO DO
CE RIO

BNDES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL

Apoio Institucional

FUTURE CLIMATE
GROUP

FGV DIREITO RIO

Itaú Social

Grupo
TechBiz

CONSIGLOG

Comitê
Conjuntivo
Legal

SINDICOM

Multiplan

digitro

Firjan



COLEGAS,

Vivemos um período de transformações velozes e profundas. As mudanças climáticas, os avanços tecnológicos, os desafios na segurança pública e as legítimas reivindicações por igualdade e justiça social impõem ao Ministério Público uma atuação cada vez mais qualificada, propositiva e comprometida com o interesse público. É nesse contexto que a Amperj reafirma sua missão de ir além da representação classista, consolidando-se como um espaço de diálogo, integração e construção coletiva.

O Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro — Pré-COP 30, realizado em maio, constituiu um marco relevante nesse processo. Reunindo aproximadamente 600 participantes, o evento promoveu reflexões contemporâneas sobre o papel institucional do MP na defesa do meio ambiente, dos direitos fundamentais e da ordem jurídica. Debates sobre temas estruturais, como os vetos ao projeto que reconhece a atividade dos membros do Ministério Público como de risco, também tiveram lugar de destaque, mobilizando a categoria e reafirmando a importância da coesão na defesa de nossas prerrogativas.

Durante o congresso, a Amperj teve a honra de sediar reuniões de instâncias nacionais fundamentais da estrutura ministerial, como o Conselho Deliberativo da Conamp, o Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais e o Grupo Nacional de Controle Externo da Atividade Policial do CNPG. A presença desses colegiados reforçou o prestígio institucional do evento e contribuiu para o fortalecimento do diálogo federativo no âmbito do Ministério Público.

A Amperj permanece vigilante e atuante diante dos desafios que se impõem à nossa carreira e à própria instituição. Seguiremos promovendo a valorização dos colegas, a articulação entre os diversos ramos do MP e o fortalecimento de nossa atuação em benefício da sociedade.

Nosso próximo grande compromisso será o XXVI Congresso Nacional do Ministério Público, promovido pela Conamp de 11 a 14 de novembro, em Brasília. Uma nova oportunidade de encontro, reflexão e reafirmação do papel essencial do Ministério Público na consolidação de uma sociedade mais justa, democrática e transparente.

Contamos com a sua presença e participação.

"A Amperj permanece vigilante e atuante diante dos desafios à carreira e à instituição"



Cláudio Henrique da Cruz Viana

Presidente da Amperj



Evento foi prestigiado pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, e pela ex-PGR Raquel Dodge

Caro leitor,

O sucesso do Congresso Estadual do Ministério Público do Rio de Janeiro, em maio, pode ser medido não só pela participação em massa de membros da classe e autoridades, somando mais de 600 inscritos nos três dias, como pela profundidade das discussões e os novos caminhos propostos a partir dos debates.

Tendo como tema principal a COP30, em Belém (PA), e o meio ambiente, o encontro em um hotel no Flamengo tratou de mudança climática, saneamento básico, segurança hídrica e tragédias ambientais, e do fundamental papel de promotores e procuradores de Justiça nessa esfera (pgs. 12 a 14). O jornalista André Trigueiro fez a palestra de abertura sobre o assunto.

Mas os painéis da programação diversa abordaram muitas áreas, como a interseção entre ambiente e a segurança pública. Apontaram para as relações entre o abandono dos espaços públicos – a “teoria das janelas quebradas” – e a criminalidade; as vinculações entre ilícitos ambientais – como a ocupação irregular do solo – e crime organizado, que explora as áreas mais pobres e negligenciadas da cidade, como explicaram os promotores Francisco Cardoso e Leonardo Cuña (pgs. 16 e 17).

O congresso examinou também a grave violência de gênero, epidemia silenciosa que resultou em 1450 feminicídios e mais de 2200 estupros registrados no país em 2024, dados subnotificados, segundo a ex-procuradora-geral da República Raquel Dodge (pg. 15).

Foi uma ocasião ainda para receber o procurador-geral da República, Paulo Gonet, que encerrou o Congresso defendendo o combate ao crime organizado e a proteção da juventude, sempre com sobriedade e respeitando os valores constitucionais (pg. 19). Gonet recebeu a Medalha do Mérito da Amperj, junto com o presidente da Conamp, Tarcísio Bonfim, e o corregedor nacional do MP, Ângelo Fabiano Farias da Costa.

Além do Congresso, esta edição da revista traz o histórico desempenho da Bancada da Bola no Campeonato Nacional de Futebol, em Campo Grande (MS), com dois títulos e um vice-campeonato; as histórias centenárias do vinho na Toscana e livros indicados.

Ótima leitura!

RAPHAEL GOMIDE

Diretoria Executiva
PRESIDENTE
Cláudio Henrique da Cruz Viana
VICE-PRESIDENTE
Dennis Aceti Brasil Ferreira
SECRETÁRIO-GERAL
Guilherme Mattos de Schueler
DIRETOR FINANCEIRO
Felipe Barbosa
Freitas Ribeiro
DIRETOR CULTURAL
Rogério Pacheco Alves
DIRETORA SOCIAL
Allana Alves Costa Poubel
DIRETOR DE DEFESA DE DIREITOS E PRERROGATIVAS FUNCIONAIS
Bruno de Sá Barcelos Cavaco
DIRETORA ASSISTENCIAL E DE ASSUNTOS RELATIVOS A APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Luiza Thereza Baptista de Mattos
DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS
Renata Mendes
Somesom Tauk
DIRETOR DE ESPORTES
Heleno Ribeiro
Pereira Nunes Filho


REVISTA DA AMPERJ
PRODUÇÃO Corcovado
Comunicação Estratégica
EDITOR Raphael Gomide
EDITORES-ADJUNTOS Carla Rocha e Daniel Schulze
REDAÇÃO Carla Rocha, Daniel Schulze, Pedro Salomão e Letícia Guimarães
PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E DESIGN
Andréa Miranda
CONTATO amperj@amperj.org
IMPRESSÃO Gráfica Mec
TIRAGEM 1.500

Sumário

março | abril | maio | junho de 2025
nº 39 | ano 13

ESPECIAL
Congresso
2025

Mensagem do Presidente	3
Carta do editor	4
Em Foco	6
Amperj em ação	8
Associação promove Congresso do MP	10
Painéis debatem MP e a crise climática	12
Saneamento: como garantir segurança hídrica e dignidade à população	14
Gênero: epidemia de violência silenciosa	15
Crime e Tecnologia	16
Paes Manso analisa a história da criminalidade no Rio	18
PGR recebe medalha do Mérito	19
ENTREVISTA: Aloizio Mercadante, presidente do BNDES	20
Lê Buchette: Um tesouro de Florença	23
Amperj no topo do futebol	24
Na Prateleira	26



**Nas areias de Ipanema**

Os promotores Bruno Cavaco — pelo segundo ano consecutivo — e Karina Tavares foram os grandes campeões da categoria competitiva do 4º Torneio de Beach Tennis da Amperj, em abril, nas quadras da BTS, em Ipanema. No recreativo, Taísa Ostini e Luciano Longo foram os vencedores.

Destaques da Amperj

Veja algumas das principais notícias da Associação no trimestre

por
PEDRO SALOMÃO

Aniversariantes celebram a vida em confraternização na Amperj

A festa dos aniversariantes de janeiro a abril reafirmou uma das principais marcas da associação: a boa convivência entre os membros do Ministério Público do Rio de Janeiro. Além de comemorar datas especiais, o evento com bolo, bufê e música ao vivo garantiu momentos de descontração, reencontros e bate-papo entre colegas de diferentes gerações. Em tempos de rotinas intensas e trabalho remoto em alta, o calendário de comemorações mantém as pessoas unidas e fortalece os laços institucionais.



Festa com bolo e música ao vivo celebrou os aniversariantes do primeiro quadrimestre na sede



Grupo de Trabalho de DH teve sua primeira reunião em maio

Direitos humanos em pauta no GT Rosa Carneiro

O primeiro encontro do Grupo de Trabalho Procuradora de Justiça Rosa Carneiro foi realizado em maio, no auditório da Amperj. Batizado em homenagem à promotora que atuou em defesa da causa até sua morte, em 2021, o grupo deu início às atividades debatendo a atuação do Ministério Público em casos emblemáticos. Além da coordenadora do GT, Eliane Pereira, participaram dos debates Andréa Amin, Carla Carrubba, Carolina Maria Gurgel Senra, Rita de Faria, Rogério Pacheco e Murilo Bustamante, que discutiram o tema “Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos e Ministério Público”.



Passeio levou associados de van a Niterói para visita a exposição no MAC e almoço no Ingá

Aposentados em Niterói

O grupo Reencontro dos Aposentados, coordenado por Luiza de Mattos, fez em maio um passeio especial a Niterói. A excursão começou com uma visita ao MAC para a exposição “Rir: um ato de resistência”, que homenageia o ator Paulo Gustavo, morto em 2021. O grupo almoçou no Jambeiro, no Ingá, em clima de reencontro e boas lembranças. Para Luiza, o encontro representou mais que uma celebração: foi uma verdadeira experiência de troca de afeto entre colegas que compartilham uma história em comum.

Alexandra Carvalho Feres é homenageada na Câmara do Rio

A procuradora de Justiça Alexandra Carvalho Feres recebeu a Medalha Chiquinha Gonzaga em solenidade no Palácio Pedro Ernesto, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em maio. A honraria foi um reconhecimento à trajetória de dedicação à Justiça e aos direitos humanos de Alexandra. As procuradoras Eliane de Lima Pereira e Maria da Glória Guarino de Oliveira Lucas também foram homenageadas com moções da casa legislativa.

PL da Atividade de risco é sancionado com vetos

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vetou trechos do Projeto de Lei nº 4.015/2023 que garantiam o pleno reconhecimento do risco inerente à atividade de promotores e procuradores de Justiça e membros da magistratura. As entidades associativas do Ministério Público, como a Conamp e a Amperj, e de outras carreiras públicas seguem em diálogo com lideranças parlamentares para reforçar a importância da derrubada dos vetos.

Diretor da Amperj, Rogério Pacheco publica artigo no Jota

O diretor cultural da Amperj, Rogério Pacheco Alves, fez uma crítica à Recomendação 159 do CNJ no artigo “Acesso à justiça no Brasil e o triunfo dos litigantes habituais”, publicado em maio no Jota. Segundo ele, ao buscar coibir a litigância abusiva, o texto abre margem para interpretações perigosas, que podem levar à extinção automática de ações legítimas de consumidores brasileiros. Para ele, o dispositivo cria barreiras ao exercício do direito fundamental de acesso à Justiça.

MP debate desafios climáticos, sociais e institucionais em congresso no Rio

Antonio José defendeu um MP forte. Cláudio Viana destacou desafios da classe

Encontro com mais de 600 membros e especialistas antecipou discussões da COP 30 sob olhar jurídico

por
CARLA ROCHA

De 14 a 16 de maio, o Hotel Windsor Florida, no Flamengo, reuniu mais de 600 promotores, procuradores, juristas e especialistas no Congresso Estadual do Ministério Público do Rio de Janeiro — Pré-COP 30. Muito além de um aquecimento para a Conferência da ONU sobre Mudança do Clima, o encontro colocou no centro das discussões temas que transcendem a pauta ambiental: segurança pública, desigualdade, transformação digital, governança e direitos fundamentais.

Logo na abertura, o presidente da Amperj, Cláudio Henrique Viana, lembrou que a proteção do meio ambiente não é uma agenda isolada. “Ela está diretamente ligada à defesa da vida, da saúde pública e da dignidade das presentes e futuras gerações”, afirmou, ao ressaltar o papel que o MP precisa exercer diante dos desafios contemporâneos.

Organizado pela Amperj, o MP RJ e a Conamp, o congresso foi um chamado à reflexão sobre o próprio papel da instituição em um mundo em transformação. A diretora socioambiental do BNDES, Tereza Campello, sintetizou a urgência dos tempos atuais. Disse que a escolha da Amazônia para se-

diar a COP 30 é um sinal claro para o mundo. “É um alerta de que é possível enfrentar as mudanças climáticas com seriedade e compromisso. Justiça climática, preservação dos biomas e desenvolvimento sustentável precisam caminhar juntos.”

Dos biomas às grandes cidades, os desafios se conectam. O procurador-geral de Justiça do Rio, Antonio José Campos Moreira, foi direto: as crises urbanas e ambientais são, muitas vezes, faces da mesma negligência histórica. “A ocupação desordenada do solo, que hoje se reflete em insegurança pública, também nasce de décadas de má gestão urbana e ambiental”, pontuou.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, reforçou que não há espaço para atuação isolada. “Nenhuma instituição pode se dar ao luxo de atuar sozinha”, disse, ao defender respostas articuladas para crises climáticas, tecnológicas e sociais.

A lógica da colaboração institucional atravessou todo o encontro. O corregedor nacional do MP, Ângelo Fabiano Farias da Costa, destacou a urgência de fortalecer a integridade e a governança interna. Georges Seigneur, presidente do CNPG, foi en-

fático: um Ministério Público forte, unido e eficiente é indispensável para enfrentar os desafios da sociedade brasileira.

Direitos fundamentais e igualdade de gênero também ocuparam lugar de destaque. A subprocuradora-geral da República, Raquel Dodge, fez uma retrospectiva contundente — da morte de Ângela Diniz ao avanço da legislação contra a violência doméstica — para lembrar que a proteção das mulheres e a garantia de direitos não podem sair do horizonte institucional. “O avanço civilizatório depende de uma atuação vigilante e permanente”, reforçou.

O tema também pautou a fala da coordenadora da Comissão de Mulheres da Conamp, Deluse Amaral, que destacou as inúmeras batalhas impostas a mulheres nas carreiras jurídicas e os debates sobre saúde mental — preocupação crescente em profissões submetidas a pressões constantes.

O olhar diverso dos convidados deu densidade às discussões. Jornalistas como André Trigueiro e Bruno Paes Manso, o CEO do Grupo TechBiz, Rafael Velasquez, e acadêmicos como Sérgio Guerra, diretor da Escola de Direito da FGV, trouxeram perspectivas que conectaram meio ambiente,

tecnologia, segurança pública e direitos humanos.

Ao fim, ficou a sensação de que mais do que uma troca de saberes técnicos, o congresso foi um exercício de escuta, articulação e construção coletiva sobre os rumos do país e do próprio Ministério Público. Uma instituição, nas palavras do presidente da Conamp, Tarcísio Bonfim, que “não está pronta, não é acabada, mas segue em permanente aperfeiçoamento”.

Para Cláudio Henrique Viana, presidente da Amperj, o saldo do encontro é inquestionável. “Foi um espaço de construção coletiva, escuta qualificada e reflexões necessárias. Meio ambiente, direitos fundamentais e justiça social não podem mais ser tratados como pautas apartadas”, afirmou, ao reconhecer o trabalho da procuradora de Justiça Gláucia Santana e do presidente da Associação Espírito-Santense do Ministério Público, Pedro Ivo de Sousa, na condução dos trabalhos.

O procurador-geral de Justiça do Rio resumiu o espírito do evento. “Apesar das desigualdades e das diferenças regionais, o Ministério Público brasileiro é uno na sua missão. Precisamos cultivar essa ideia de um MP forte, articulado e comprometido com a sociedade.” ■

Painéis debatem papel do MP no combate à crise climática

Cláudio Henrique Viana, presidente da Amperj, defendeu que o MP reafirme seu protagonismo na tutela ambiental

por
DANIEL SCHULZE

O Congresso Estadual do Ministério Público do Rio de Janeiro assumiu, este ano, compromisso com a pauta ambiental e a sustentabilidade ao se posicionar como parte da preparação para a COP 30. Durante três dias, promotores, procuradores de Justiça, junto a especialistas de diversas áreas, discutiram o papel do MP na defesa do meio ambiente e buscaram caminhos para enfrentar os desafios climáticos e ampliar práticas sustentáveis nas três esferas de governo.

Na noite de abertura, as palavras da diretora socioambiental do BNDES, Tereza Campello, provocaram reflexão ao destacar a responsabilidade coletiva diante das ameaças contemporâneas e dos desafios que impactam as futuras gerações. Ao lado dos presidentes da Amperj, Cláudio Henrique Viana, e da Conamp, Tarcísio Bonfim, ela celebrou a escolha do congresso de se alinhar aos debates da Conferência do Clima e enfatizou o papel do Brasil como liderança ambiental.

“Realizar uma conferência sobre o clima na Amazônia é uma ótima oportunidade não apenas para o país, mas para o mundo. O Brasil vem liderando a agenda de enfrentamento às mudanças climáticas e está comprometido com a justiça climática. Ter uma COP no país nos permite fazer um alerta e mostrar que é possível enfrentar a crise climática”, disse Tereza. “Mais importante ainda é perceber uma mobilização geral, não só do governo federal, mas do conjunto de estados, municípios e instituições, como



1. Tereza Campello, entre Tarcísio e Cláudio, falou sobre o BNDES e o ambiente; 2. Luiza Sampaio vê riscos maiores para os mais pobres; 3. Cavaco quer responsabilização para desastres

o Ministério Público, que neste evento se reúne para discutir os desafios ambientais.”

Ex-ministra do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil entre 2011 e 2016, Tereza Campello listou os principais desafios do momento: garantir a transição do Brasil para uma economia mais verde e sustentável, o que exigirá investimentos bilionários; e a adaptação climática das cidades, para evitar que as populações sejam duramente atingidas pelas mudanças climáticas.

A diretora socioambiental do BNDES ainda defendeu a importância de se investir na prevenção de desastres. O banco financiou ao menos R\$ 20 bilhões da reconstrução do Rio Grande do Sul após as enchentes de 2024. “Temos de nos antecipar às tragédias e investir em prevenção para garantir que situações como essa não se repitam”, destacou.

“Temos de nos antecipar às tragédias e investir em prevenção para que situações como a do RS não se repitam”

TEREZA CAMPELLO, diretora Socioambiental do BNDES

A articulação institucional em defesa do meio ambiente foi tema do painel “Atuação em Rede na Tutela Ambiental”. Participaram a conselheira do TCE do Rio Grande do Sul, Daniela Zago; a coordenadora do Plano Municipal de Mudanças Climáticas do Rio, Tatiana Castelo Branco; e a jornalista Luize Sampaio, coordenadora da Casa Fluminense. O painel discutiu desafios para a efetividade de políticas públicas sustentáveis e os impactos sociais do aquecimento global.

Para Luize Sampaio, o Brasil enfrenta um grave quadro de injustiça climática, em que a ausência de políticas ambientais penaliza de forma desproporcional a população de áreas mais vulneráveis, como na Região Metropolitana do Rio. Segundo ela, o racismo ambiental expõe comunidades pobres a maiores riscos a ondas de calor extremo, enchentes e deslizamentos.

Em outro painel, o promotor Bruno Cavaco propôs uma abordagem jurídica firme no enfrentamento de desastres socioambientais. Segundo ele, é função da Justiça garantir respostas efetivas. “As injustiças carecem de responsabilização. A primeira fase do ciclo dos desastres é prevenção e mitigação. Depois, infelizmente, vêm o desastre propriamente dito e a resposta de emergência; e, enfim, compensação, reconstrução ou deslocamento”, afirmou.

MP deve reafirmar protagonismo na tutela ambiental, diz Cláudio Henrique

Anfitrião do congresso, Cláudio Henrique Viana disse que o objetivo era jogar luz sobre os desafios ambientais, reforçando a importância do MP na salvaguarda da sociedade: “No momento em que o Brasil se prepara para sediar a COP 30, conferência que definirá os rumos cruciais para o enfrentamento da crise climática, é fundamental que o Ministério Público reafirme seu protagonismo na tutela ambiental. A proteção do meio ambiente é indissociável da defesa da vida, da saúde pública e da dignidade das presentes e futuras gerações”, disse.

A Amperj propõe que promotores e procuradores se aprofundem na pauta ambiental e compartilhem estratégias para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, que atravessam todas as frentes de atuação do Ministério Público. ■

Saneamento: população deve ter segurança hídrica e dignidade

Ministério Público tem papel fundamental na fiscalização das obras de infraestrutura, esgoto e saneamento

por
DANIEL SCHULZE

Ela está na base da vida, mas muitas vezes só ganha atenção quando falta. A água — recurso essencial para se beber, tomar banho, produzir alimentos e manter cidades funcionando — foi tema de debate no Congresso Estadual do Ministério Público do Rio de Janeiro. Alinhado à agenda da COP 30, o evento destacou os riscos crescentes de escassez, contaminação e má gestão desse bem tão básico quanto estratégico.

Sua indispensabilidade para a dignidade humana foi tema central da mesa “Água, Saneamento e Saúde”, que reuniu o diretor-presidente da Águas do Rio, Anselmo Leal; o diretor de Relações Institucionais da Aegea Saneamento, Fabiano Dallazen; o diretor jurídico do BNDES, Walter Baère Filho; a CEO do Instituto Trata Brasil, Luana Siewert Pretto; e os promotores José Alexandre Maximino Mota e Murilo Bustamante, que atuam em processos ambientais no MPRJ.

Os especialistas destacaram que ainda existem enormes desafios na implementação de redes de saneamento básico para universalizar a oferta de água limpa, tratada e potável aos brasileiros. Para Maximino, “a segurança hídrica passa pelo investimento massivo em saneamento, coleta e tratamento de esgotos”.

Quando se trata de acesso universal à água, falta a percepção da importância de se investir em obras capazes de garantir a segurança hídrica. Segundo Dallazen, da Aegea, os desafios para ampliar a infraestrutura do saneamento são enormes. “Quase metade da população não tem acesso à água tratada”, disse. “Precisamos do apoio do MP para incentivar obras de saneamento e cobrar as prefeituras.”

Ao citar a “Teoria das Janelas Quebradas” — segundo a qual sinais de abandono e desordem no espaço urbano favorecem o aumento da criminalidade —, Baère, diretor jurídico do BNDES, destacou que investimentos em infraestrutura, como saneamento e acesso à água, também impactam a segurança pública. “Ao observarmos as realidades das periferias brasileiras com esgoto a céu aberto, notamos que são também as mais violentas”, afirmou. “Quando o meio urbano está desorganizado e não se dá dignidade às pessoas, elas tendem a se comportar de forma mais permissiva em relação às leis.”

Os palestrantes discutiram a expansão das malhas de tratamento, a fim de ampliar a oferta de água potável nas residências sem causar tanto estresse hídrico ao meio ambiente. O debate foi conduzido pela presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Larissa Rodrigues, e pelo ex-procurador-geral de Minas Gerais e ex-presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ), Jarbas Soares Júnior. ■



Fabiano Dallazen, da Aegea, abordou os desafios da expansão da infraestrutura de saneamento no país



A subprocuradora-geral da República Raquel Dodge, ao lado de Cláudio Henrique, disse que são registrados 2,2 mil casos de estupro por ano no Brasil

Gênero, justiça e os desafios da transformação social

‘Vivemos uma epidemia escondida’, alerta Raquel Dodge

por
CARLA ROCHA

As barreiras estruturais que afastam mulheres dos espaços de poder e as expõem à violência seguem sendo desafios centrais da sociedade

brasileira. A persistência de índices alarmantes de feminicídio e estupro reforça a urgência de políticas públicas focadas no enfrentamento da desigualdade de gênero, alertou a subprocuradora-geral da República Raquel Dodge, no Congresso Estadual do Ministério Público do Rio de Janeiro — Pré-COP 30. Ela apresentou um panorama dos avanços legais, como a Lei Maria da Penha e a tipificação do feminicídio, e defendeu uma atuação sensível e comprometida do MP para reverter este cenário de violência.

Dodge convidou promotores e procuradores a uma reflexão profunda sobre o papel do sistema de justiça. “Estamos diante de uma epidemia escondida”, afirmou. Apesar dos progressos, as estatísticas revelam que ainda estamos longe de garantir segurança e representatividade para as mulheres. A ex-procuradora-geral da República citou que o Brasil registra cerca de 2,2 mil casos de estupro por ano, sendo apenas 10% formalmente denunciados.

Ao traçar uma linha do tempo da legislação, Dodge resgatou casos emblemáticos — como o assassinato de Ângela Diniz, em 1976 — e assinalou conquistas como a lei do feminicídio. Para ela, a ocupação de espaços de liderança por mulheres tem o poder de provocar transformações institucionais e sinalizar novos caminhos para toda a sociedade.

A subprocuradora-geral de Justiça do MPRJ Andréa Rodrigues Amin, trouxe um relato pessoal, lembrando que foi questionada sobre maternidade na entrevista para ingressar no MP — situação ainda rara para candidatos homens. “É preciso olhar a realidade sob a perspectiva de gênero. Isso é um processo, e não podemos desistir dele.”

Grávida, a secretária municipal Joyce Trindade também abordou o julgamento social sobre mulheres em posições de liderança, sobretudo na gravidez, quando são questionadas sobre a capacidade de trabalho. “Ninguém faz essas perguntas para o meu marido”, comentou, lembrando que, no Brasil, uma mulher é assassinada a cada seis horas — a maioria, negras.

O corregedor-geral do CNMP, Angelo Fabiano Farias da Costa, reconheceu que a instituição precisa fortalecer ações de enfrentamento à violência de gênero e ao machismo estrutural. A mesa foi mediada pela promotora Deluse Amaral Rolim Florentino. ■



Crime organizado atua no meio ambiente e em novas tecnologias

Territórios ocupados ilegalmente se tornam conflagrados, diz Cuña

O crime organizado contemporâneo tem ampliado e diversificado suas atividades de forma acelerada nos últimos anos, buscando oportunidades de explorar ilícitos no meio ambiente e nas novas tecnologias para escalar seus lucros. O crime ambiental, por exemplo, passa a ser um meio para a prática de uma série de outros crimes violentos, como narcotráfico e exploração ilegal de serviços do território ocupado irregularmente, afirmaram os promotores de Justiça Francisco Cardoso e Leonardo Cuña.

por
DANIEL SCHULZE

“Há uma infiltração cada vez mais intensa do crime organizado na exploração do crime ambiental, que já não é mais praticado da forma tradicional. Há uma verdadeira rede interligada entre crimes ambientais, narcotráfico e outros delitos gravitando ao redor”, afirmou Cardoso, na mesa “Sociedades, Violências e Criminalidades” do Congresso Estadual do MPRJ. “Além do prejuízo ao meio ambiente, é fundamental observar esse fenômeno sob uma perspectiva financeira, pois estamos lidando com a lógica do dinheiro.”

Segundo Cardoso, os criminosos perceberam que é rentável pregar recursos naturais vitais, como água e solo. Ele citou a exploração ilegal de aquíferos e reservatórios de água potável no Rio. “Vendem essa água em carros-pipas para comércios, empresas, complexos hoteleiros e grandes consumidores na zona sul da capital. Há uma enorme rede interligada entre a prática de crimes ambientais, o narcotráfico e outros delitos que gravitam ao redor.”

Para o promotor, a aplicação de mecanismos de investigação financeira paralela na seara ambiental — que passa pelo combate à lavagem de dinheiro — é indispensável, e é necessário usar as metodologias aplicadas às organizações criminosas.

Cuña também conectou ocupação irregular do solo a crime. “Territórios ocupados inevitavelmente se tornam territórios conflagrados.” Segundo ele, o déficit habitacional e as penas brandas para crimes ambientais tornam a ocupação irregular uma atividade atraente. Ele defendeu impor perdas financeiras severas a esses grupos, mas disse que “não é possível enfrentar esse problema apenas com a visão criminal”.

Ecosistema virtual é atrativo para o crime, diz Erthal

A descentralização e o pseudoanonimato, características do mundo virtual, aliadas ao despreparo das autoridades, são vantagens para os criminosos, na visão de Diogo Erthal. “É preciso conhecer o tema para reconhecer as evidências. Se a busca patrimonial é a pedra de toque, todo agente de segurança — do que está em

blitz até um ministro do Supremo Tribunal Federal — precisa ter um letramento mínimo nesse universo, sob pena de muita coisa passar por debaixo do radar.”

Erthal afirmou que a Resolução 299/2024 do CNMP detalha regimento para apreensões, custódia e liquidação de contas digitais, permitindo que a autoridade judicial determine a transferência de ativos, asfixiando as C.O.s. Ele também falou sobre medidas como o “confisco alargado”, que permite a apreensão de patrimônio sem origem lícita justificada.

Para ele, o MP deve ser mais eficiente em investigações patrimoniais e promover uma mudança de cultura na instituição. Todo agente da estrutura de Justiça deve ter conhecimento da área digital para conseguir atuar contra o uso de criptoativos por criminosos.

Capacitação dos agentes passa pelo domínio de novas tecnologias

O promotor de Mato Grosso do Sul Paulo César Zeni, auxiliar em projetos de inovação institucional do CNMP, disse no painel “Impactos da Tecnologia e da Inteligência Artificial na Atuação Ministerial” que o avanço tecnológico se impõe, e o MP precisa usar as novidades a seu favor. Ele defendeu capacitar os profissionais para se adaptar às novas tecnologias e às plataformas de inteligência artificial, cada vez mais integradas aos processos judiciais no Brasil e no mundo.

“O processo eletrônico acelerou os fluxos, e a evolução tecnológica, com fortalecimento da IA, começa a mudar as coisas. Novas tecnologias nos ajudam a escrever peças, minutar e corrigir textos. A IA é capaz de reconhecer linguagem natural, identificar entidades em documentos e processar dados bagunçados de processos judiciais, estruturando-os em informações úteis”, disse. Ele destacou a plataforma Codex, do CNJ, onde estão 96% dos processos judiciais do Brasil. “São mais de 15 bilhões de documentos disponíveis em texto puro e pesquisável. É uma mina de ouro.”

Os promotores do MPRJ Sidney Rosa da Silva Junior e João Alfredo Fernandes aprofundaram discussões sobre IA, decisões automatizadas, transparência e o novo Núcleo de Inteligência Artificial da instituição fluminense. O diretor de Relações com Mercado da Dígito, Ivon Rosa, e o CEO do TechBiz Forense Digital, Rafael Velasquez, também participaram. ■

“Há uma verdadeira rede interligada entre crimes ambientais, narcotráfico e outros delitos gravitando ao redor”

Promotor de Justiça FRANCISCO CARDOSO



Bruno Paes Manso comparou o Rio à série Game of Thrones, com suas lutas por territórios

O preocupante quadro da segurança pública

PGJ e Paes Manso debatem escalada do crime organizado no Rio e no Brasil

por
DANIEL SCHULZE

Um dos painéis mais esperados do Congresso reuniu dois especialistas em segurança pública em suas respectivas áreas: o procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Antonio José Campos Moreira, e o jornalista Bruno Paes Manso, autor dos livros “A Guerra”, “A República das Milícias” e “A Fé e o Fuzil” — todos sobre a ascensão do crime organizado no país.

O escritor fez um apanhado do panorama criminal dos grandes centros urbanos — especialmente Rio e São Paulo —, dos anos 1970 ao estabelecimento de uma estrutura de negócios pelas facções. No território fluminense, destacou a guerra crescente entre tráfico e milícia, fazendo uma analogia com um jogo de tabuleiro e uma série de TV.

“Hoje, diversos territórios no Rio de Janeiro são controlados por grupos paramilitares. Parece ‘Game of Thrones’, é como se o estado vivesse uma fase pré-moderna e feudal do ‘War’. O crime aqui tem características aristocráticas, cada lugar tem suas cores e bandeiras. São reinos brigando entre si”, disse Paes Manso. “Em São Paulo, o crime é como um sindicato.”

Com experiência em investigações e operações de grande porte — como o “estouro da fortaleza” do bicheiro Castor de Andrade em 1994 —, Antonio José entrou na conversa conclamando policiais e promotores a atentar para a realidade da segurança pública no Rio. Segundo ele, já passou da hora de promover mudanças drásticas para tentar reverter os danos causados por “políticas desastrosas” nos últimos anos.

“Hoje, o crime organizado é empresarial, interestadual e transnacional. Algumas decisões recentes transformaram a sociedade em um laboratório onde nós somos as cobaias”, disse. “O Rio de Janeiro virou um desastre por causa daqueles que judicializaram as políticas de segurança pública. Nosso retrocesso civilizatório foi muito grande. Esse estado de guerrilha urbana precisa ter fim. Ou retomamos o estado agora ou não haverá espaço para retomada. O que está em jogo é a própria democracia.” ■

Gonet defende combate ao crime organizado e proteção da juventude

PGR listou prioridades do CNMP e recebeu Medalha do Mérito da Amperj

por
DANIEL SCHULZE

Após três dias de intensa troca sobre temas atuais e relevantes para a sociedade brasileira, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, encerrou a programação do Congresso Estadual do MPRJ Pré-COP 30 com uma palestra sobre os desafios institucionais contemporâneos. Em sua fala, ele destacou a luta contra a criminalidade e a proteção da primeira infância como missões basilares da atuação do Conselho Nacional do Ministério Público.

“Esses dois temas parecem desligados entre si, mas estão muito relacionados, porque as organizações criminosas precisam constantemente de novos soldados”, refletiu Gonet, que lamentou a captação de menores para as engrenagens do crime. Segundo ele, proteger a primeira infância é um passo preliminar importante para evitar que esse tipo de movimento ocorra, em especial nas regiões de maior vulnerabilidade social.

Segundo Gonet, para atingir esses objetivos, os membros do Ministério Público precisam reforçar a cada dia seus compromissos com a sociedade civil, deixando de lado eventuais vaidades e disputas políticas internas que possam interferir no trabalho. “Nosso compromisso não é aparecer para a imprensa ou ganhar visibilidade popular. É com os valores constitucionais”, declarou, realçando que a fraternidade é uma das bases da instituição.

Autoridades do MP nacional recebem Medalha do Mérito da Amperj

Após a palestra de Paulo Gonet, o presidente da Amperj, Cláudio Henrique Viana, abriu espaço para uma solenidade especial: a outorga da Medalha do Mérito da Amperj — principal



Gonet recebeu a Medalha do Mérito da Amperj no Congresso

honraria da associação — ao PGR e a dois outros componentes da mesa: o corregedor nacional do Ministério Público, Ângelo Fabiano Farias da Costa; e o presidente da Conamp, Tarcísio Bonfim — que não tinham podido recebê-la em dezembro.

“É uma honra entregar a Medalha do Mérito a personalidades tão importantes no cenário jurídico nacional. Fazer esse reconhecimento ao final do nosso congresso, que movimentou mais de 500 participantes, foi uma oportunidade excelente”, celebrou Cláudio Henrique.

“Saímos todos os dias de casa para trabalhar, buscando um MP melhor, porque amamos esta instituição. Ser reconhecido nos faz sentir que, sim, vale a pena lutar todos os dias por uma sociedade melhor e por um Ministério Público mais participativo na concretização das políticas públicas país afora”, disse o corregedor Ângelo Fabiano. ■

BNDES financia infraestrutura ambiental

Banco investe na agenda climática e destina recursos a obras estruturantes em água e saneamento com impacto social

por
ASCOM CONAMP

A sustentabilidade socioambiental e climática virou prioridade de bancos de desenvolvimento pelo mundo todo. O BNDES se tornou um poderoso indutor de investimentos de infraestrutura de água e esgoto no Brasil, a fim de reduzir desigualdades e promover a justiça social, explica o presidente do Banco, Aloizio Mercadante, em entrevista à **CONAMP** e à **REVISTA DA AMPERJ**. Conheça iniciativas do BNDES, patrocinador do Congresso Estadual do MPRJ.

REVISTA DA AMPERJ: O BNDES tem se reposicionado alinhado à justiça social, à sustentabilidade e à redução das desigualdades.

ALOIZIO MERCADANTE: Os bancos de desenvolvimento no mundo todo têm buscado crescimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática, englobando a promoção da inclusão social e da valorização da diversidade. O financiamento dessa agenda demanda investimentos jamais vistos, e o BNDES tem sido um dos protagonistas do papel transformador do Brasil no compromisso com a transição ecológica justa. Em 2024, realizamos a maior injeção de crédito da história da instituição, com aprovações e garantias de R\$ 276,5 bilhões. Tivemos a maior carteira de crédito desde 2017, R\$ 584,8 bilhões, e a menor inadimplência do sistema financeiro (0,001%). A transição energética para a descarbonização da economia e resposta às emergências climáticas é uma de nossas diretrizes norteadoras, ao lado do desenvolvimento social, com trabalho decente e renda. O BNDES é a instituição que mais financiou a transição energética no planeta.

RA: Quais são as diretrizes para apoiar uma economia de baixo carbono?

AM: O BNDES vem dando enorme contribuição para a transição

para uma economia de baixo carbono, visando a mitigação e adaptação à nova realidade climática global. O BNDES atua como captador de recursos para o financiamento da transição energética. Retornamos ao mercado doméstico de captação, com a primeira emissão de Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCDs), cujo saldo foi de R\$ 9,8 bilhões em 2024. Temos autorização para captar até R\$ 10 bilhões via LCD em 2025. Na captação internacional, a expectativa é contratar US\$ 2 bilhões este ano. Está previsto aporte adicional de R\$ 10 bilhões no Fundo Clima e R\$ 10 bilhões no Fundo de Investimento em Infraestrutura Social.

RA: E na pauta ambiental?

AM: Lançamos o Arco da Restauração, para recuperar e restaurar a vegetação nativa degradada na região do “Arco do Desmatamento”, do leste do Maranhão ao Acre, passando pelo Pará, Mato Grosso e Rondônia. A ambiciosa meta é estimular o desenvolvimento de um arco florestal de 6 milhões de hectares até 2030. Anunciamos, em parceria com o MMA, R\$ 1 bilhão para a iniciativa, por dois fundos: R\$ 450 milhões do Fundo Amazônia; e R\$ 550 milhões para financiamento reembolsável do Fundo Clima. Outro destaque é a atuação do BNDES em situações de emergência climática, a exemplo do gigantesco apoio ao RS para enfrentar os danos causados pelas enchentes. O governo federal alocou R\$ 20 bilhões oriundos do superávit financeiro do Fundo Social do Pré-Sal para o BNDES realizar operações de financiamento ao estado nas modalidades de capital de giro, máquinas e equipamento e investimento/reconstrução. Houve ainda R\$ 500 milhões destinados a garantias para os mutuários e alavancar novas operações de crédito privado. O BNDES suspendeu pagamentos de parcelas dos financiamentos destinados ao estado.



Mercadante defende um BNDES comprometido com o meio ambiente e com impacto social

RA: Qual é a expectativa para a COP30?

AM: O BNDES disponibilizou linhas de crédito de R\$ 3 bilhões ao Pará. Entre os projetos financiados, está a maior intervenção urbana da história do banco em obras de macrodrenagem e urbanização na periferia de Belém. Vai muito além da COP30, é legado duradouro para a população. No turismo, garantimos R\$ 140 milhões em crédito para micro, pequenos e médios empresários, especialmente hotéis, bares e restaurantes, e a expansão do Terminal Hidroviário Internacional. O objetivo é garantir estrutura e atendimento de qualidade aos visitantes da COP30.

RA: Como o BNDES viabiliza investimentos e estrutura projetos que atendam às metas do novo marco do saneamento para universalizar serviços até 2033?

AM: A meta do Plano Nacional de Saneamento Básico de garantir acesso à água tratada a 99% dos brasileiros e ofertar coleta e tratamento de esgoto sanitário a 90% exige grande volume de financiamento. Passamos a prestar serviços de estruturação de projetos para inserir a iniciativa privada no esforço de

ampliação do saneamento conforme as necessidades de cada estado. O início da estruturação de projetos de saneamento pelo BNDES representou um marco para o setor. Desde 2020, houve 15 leilões e estão em curso 9 projetos, investimentos de R\$ 150 bilhões. Têm o potencial de impactar 60 milhões de pessoas, contribuindo com um terço do esforço necessário para atingirmos as metas de redução dos déficits de água e esgoto. Nos 64 municípios da antiga área de concessão da Cedae no Rio, os investimentos saíram de R\$ 250 milhões em 2019 para R\$ 2,5 bilhões em 2023, dos quais R\$ 1,9 bilhão foi investido pelas concessionárias privadas que assumiram em 21, e R\$ 600 milhões pela Cedae, que continuou produtora de água e prestadora em municípios que não entraram na concessão. O aumento de 1.000% dos investimentos mostra como os projetos estruturados pelo BNDES podem ser transformadores para o saneamento.

RA: O Rio reúne desafios urbanos, sociais e ambientais. Há projetos do BNDES para a transformação sustentável do estado?

AM: O BNDES foi fundamental para estruturar a concessão dos blocos de saneamento do Estado. Aprovamos financiamento de R\$ 25,5 bilhões para a Águas do Rio para investimentos nos 12 primeiros anos da concessão dos Blocos 1 e 4 do saneamento. O BNDES é responsável por R\$ 19,3 bilhões. Subscrevemos R\$ 1,9 bi em debêntures de infraestrutura na oferta pública de R\$ 5,5 bi da Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4, a maior oferta de debêntures incentivadas de infraestrutura da história brasileira, e que recebeu o selo de debênture sustentável, para projetos com impactos sociais e ambientais. O volume ofertado ultrapassou em R\$ 1,7 bi a emissão da Iguá em 2023, até então a maior emissão de infraestrutura, também ancorada pelo BNDES. ■

BNDES foi fundamental para estruturar concessão de saneamento do Rio



Segurança é coisa séria!

COMUNICADO IMPORTANTE

A sua segurança é fundamental pra gente. Por isso, separamos **uma dica valiosa** para você se proteger de golpes e fraudes financeiras no dia a dia.

Recebeu uma chamada de algum número nosso? **Não atenda.** Os fraudadores utilizam softwares que permitem mascarar o número de origem em uma ligação.

Os números do SICOOB COOMPERJ apenas recebem ligações. **Não ligamos** para informar sobre bloqueio de conta, tentativa de invasão ou pedir a alteração de senha. Nossos atendentes não realizam chamadas de vídeo por nenhum aplicativo.

Sempre que precisar de ajuda, entre em contato com a gente pelos canais oficiais de atendimento, que você encontra aqui embaixo, no final deste e-mail.

E-mail: Envie suas consultas, solicitações ou preocupações para o endereço de e-mail coomperj.4338@sicoob.com.br. Nossa equipe estará pronta para ajudar.

Whatsapp: Vocês podem entrar em contato conosco através do número **(22) 99898-1795**. Este canal estará disponível para encaminhá-los ao gerente responsável, que irá atendê-los prontamente.

Em caso de dúvidas estamos
à disposição!

SICOOB COOMPERJ

Le Buchette del Vino: um tesouro de Florença

Tradição secular segue ativa
no coração da Itália

por
**CARLOS BERNARDO
ALVES AARÃO REIS**

Florença — a cidade que respira arte e história, com museus, praças, palácios, igrejas e monumentos — é a “entrada” para a belíssima região da Toscana, seus incríveis vinhos e rica gastronomia. Conta ainda com tradições únicas, como as “buchette del vino”, ou “janelas do vinho”.

A história das “buchette del vino” se iniciou em 1559, quando Cosimo I de Médici, primeiro Grão-Duque da Toscana, decretou que famílias nobres poderiam vender o excesso de vinho de seus vinhedos em seus palácios na cidade, sem pagar impostos. As pessoas batiam nas pequenas janelas instaladas nos palácios, abertas por um servo do nobre, e entregavam um “fiasco”, as tradicionais garrafas com palha em volta, para encher com vinho, pagando em seguida.

Por volta de 1630, a peste bubônica devastou Florença, e as “buchette del vino” ganharam ainda mais relevância. Para evitar contato com os compradores, os vendedores evitavam tocar nos frascos, instalando uma espécie de bico de lata com um funil nas “janelas” para enchê-los com vinho.



Surgidas no século 16, as 'buchette del vino' ainda fazem sucesso na Toscana

Porém, com o passar dos anos, as “buchette del vino” caíram em desuso, relegadas ao esquecimento. No século XX, muitas das “janelas do vinho” foram cimentadas. Mas algumas sobreviveram — e numa espécie de repetição do ciclo histórico, passaram novamente a ser usadas durante a pandemia da Covid-19.

Em 2021, graças a um dos episódios da série gastronômica da CNN norte-americana “Searching for Italy”, de Stanley Tucci, as “buchette del vino” ganharam notoriedade internacional, passando a atrair turistas sedentos.

Hoje existem dezenas espalhadas pela cidade. Algumas estão preservadas como patrimônio histórico, porém sem funcionar. Outras estão a pleno vapor! Basta bater na janelinha ou tocar a sineta para pedir sua taça de vinho.

Algumas em funcionamento: Osteria Belle Donne, DiVin Boccone, Babae, Cantina de' Pucci, Gastronomia Dumo, dentre outras. Espere provar vinhos brancos com Vermentino, tintos Chianti e “rosatos” toscanos.

Na próxima viagem a Florença, não deixe de visitar uma das “buchette del vino”!

Salute! ■



**Carlos Bernardo
Alves Aarão Reis**

Promotor de Justiça
WSET Level 3
Awards in Wine
French Wine Scholar
Spanish Wine Scholar
cbthewinehunter.com.br
[@carlosreis74](https://www.instagram.com/carlosreis74)



Amperj no topo do futebol do Ministério Público

Associação conquista dois títulos e um vice no campeonato nacional

por PEDRO SALOMÃO

Tem campanha que vira estatística. E tem campanha que entra pra resenha eterna. A da Amperj no XXII Torneio Nacional de Futebol Society do MP, em Campo Grande (MS), foi daquelas que marcam: com duas taças, Sênior e Supermaster, e um vice na Força Livre, o time voltou com moral de campeão e história pra contar.

De 1º a 4 de maio, a delegação do Rio mostrou que o futebol da classe está brilhando. Suor, raça, técnica e entrosamento fizeram a diferença. Desde a estreia, a Amperj manteve postura de quem foi para levantar a taça: marcação alta, bola no chão e pouco espaço pros adversários respirarem. Parecia decisão a cada jogo.

Sênior: aula de futebol cadenciado

Na final contra a forte APMP (SP), a equipe Sênior jogou como quem conhece os atalhos do campo. Controlou a partida do início ao fim, venceu por 2 a 0 com autoridade e conquistou o torneio. Camisa pesada, futebol limpo e título incontestável.

Supermaster: a virada que valeu a taça

Se na Sênior foi controle, na Supermaster foi emoção. Contra a AMPEM (MA), o jogo começou com susto, mas terminou com festa. A virada por 3 a 1 mostrou



1. Equipe campeã do Nacional; **2.** MPRJ trouxe para o Rio taças em três categorias; **3.** Márcio Almeida foi escolhido o melhor jogador do torneio na categoria Master

Fora de campo também se joga

A engrenagem funcionou porque o bastidor foi forte. Liderados pelo técnico Sandro Lins — com o apoio do auxiliar Pacheco, do preparador físico Hugo Moreira e do multifunções Davi Pereira —, o grupo chegou preparado. O promotor Márcio Almeida, coordenador de futebol e líder da campanha, organizou e decidiu com foco, apoiado pelos diretores Heleno Nunes (Esportes) e Felipe Ribeiro (Financeiro).

Para o presidente Cláudio Henrique Viana, “mais do que títulos, esse resultado representa união, comprometimento e a construção de vínculos que fortalecem a nossa missão institucional”.

Márcio Almeida celebrou a campanha histórica. “Em primeiro lugar, quero destacar a melhor performance de todos os tempos, fruto da determinação e empenho desse grupo incrível de amigos/coleas que ficarão eternizados nos registros da Amperj. Nos preparamos demais e queríamos muito essas conquistas. Tivemos as duas melhores defesas e goleiros menos vazados das categorias campeãs (Supermaster e Sênior — Vinícius Lameira e Dimitrius Gonçalves). Tivemos os dois melhores jogadores do campeonato nas categorias Supermaster e Sênior (Eduardo Rolins e Márcio Almeida) e também performances extraordinárias dos craques do Força Livre. Precisamos ressaltar também o competente trabalho da comissão técnica.”

Escolhido o melhor jogador do campeonato na Sênior, Almeida disse ser “uma honra” liderar a Bancada da na campanha histórica e ser campeão em duas categorias. “Eu me preparei para viver o momento e merecemos muito as conquistas. Chegar não é fácil e se manter no topo será desafio ainda maior, mas já estamos pensando na próxima temporada, com o grupo muito motivado e unido para novas conquistas.”

Viva a Bancada da Bola e que venha o próximo campeonato! ■

que time cascudo não sente pressão. Cada dividida foi no limite, cada gol pareceu épico. A torcida vibrou, e o elenco comemorou a conquista memorável.

Força Livre: a base que promete futuro

A equipe mais jovem da Amperj mostrou ousadia e futebol envolvente. Goleadas, jogadas ensaiadas, dribles que fizeram a arquibancada vibrar. A derrota na final para a AMMP (MG) por 2 a 0 não apagou o brilho da campanha. Deixou claro que o futuro está encaminhado, com um elenco cheio de talento e desejo de título.

Na pra te lei ra

Veja aqui dicas de leitura úteis para a atividade do MPRJ

por
LETÍCIA GUIMARÃES



“A República das Milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro”

Bruno Paes Manso, além de jornalista, é pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Nesta obra combina investigação jornalística com análise historiográfica, oferecendo um retrato profundo e pioneiro de uma das faces sombrias do país, marcado pelo avanço das milícias e suas conexões com o poder político. **Editora:** Todavia



“Inteligência Artificial em Serviços Públicos: Uma Análise da Responsabilidade Civil Extracontratual por Danos Causados por Sistemas Autônomos”

Mestre em direito privado e especialista em Direito Público, Ana Paula Vieira Carvalho propõe conciliar reparação às vítimas com inovação. Segundo ela, um regime de responsabilidade bem definido pode impulsionar tecnologias mais seguras. **Editora:** Juspodivm



“Tratado de Direito Penal — Parte Geral, Tomo 1”

De autoria do doutor em Direito Penal Renato Kramer, a obra reúne e atualiza temas organizados pelo jurista Aníbal Bruno, como Política Criminal, Criminologia, Legalidade, Legítima Defesa e Imputação Objetiva, incluindo teorias recentes e discussões sobre a atuação contemporânea do Supremo Tribunal Federal. **Editora:** Dialética



“Manual Prático para Fundações Privadas”

O livro do promotor de Justiça José Marinho Paulo Junior é elaborado com base em entendimentos ministeriais e busca orientar, de forma descomplicada, os profissionais do meio jurídico que trabalham com fundações de Direito Privado. **Editora:** Metanoia



“Direito Digital: Direito Privado e Internet — 6ª Edição”

Com coordenação do procurador de Justiça Guilherme Magalhães Martins e do defensor público João Victor Rozatti Longhi, a obra atualizada tem como base situações jurídicas existentes na sociedade da informação, na proteção do consumidor na internet e direitos autorais e tecnologia — temas cada vez mais em voga diante da hiperconectividade da sociedade atual. **Editora:** Foco

AQUI O SORRISO É
garantido
-ESPETTO-
carioca



+45

UNIDADES

6

ESTADOS
DO BRASIL

SEJA UM
FRANQUEADO
DO MAIOR VENDEDOR
HEINEKEN DO PAÍS



EXPANSÃO@GRUPOIMPETTUS.COM.BR
(21) 3598-5130 / (21) 99701-2299
ESPETTOCARIOCA.COM.BR
f @ESPETTOCARIOCA

ESPETTO CARIOCA
É UMA MARCA DO GRUPO IMPETTUS



Você construiu mais do que **patrimônio**. Você construiu **história**.

**Agora, é hora de proteger
isso com inteligência.**

• Na Portfel, temos orgulho de acompanhar de perto a vida financeira de milhares de famílias brasileiras, com um trabalho focado em:



**Blindagem
patrimonial**



**Planejamento
sucessório e tributário**



**Diversificação
no Brasil
e no exterior**



**SCANEIE O QR CODE
E VEJA MAIS.**

*Condições especiais para membros da AMPERJ. Para mais informações, entre em contato.